



Relatório de Actividades

da Autoridade Reguladora das Aquisições
Públicas de Cabo Verde - 2014

Março 2015

Conteúdo

Mensagem da Presidente	1
Destaques Estratégicos	2
Destaques Financeiros	3
Olhar para o futuro	3
breve análise conjuntural.....	4
estrutura orgânica.....	5
recursos humanos.....	6
Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no plano de atividades.....	6
pilar i - reforma legal.....	6
pilar li - reforço institucional.....	7
pilar lii - reforço da comunicação.....	7
pilar IV - melhoria contínua e eficiência.....	7
atividades não programadas e executadas.....	8
atividades programadas e não executadas.....	8
A ARAP em Números.....	9
Principais Dados económico-Financeiros	9
orçamento de investimento	10
constrangimentos.....	11
Notas para Declarações Financeiras	11
Contas	11
Dívida.....	12
Conclusões.....	12
Informações de Contacto.....	12
Informações da Empresa.....	12

MENSAGEM DA PRESIDENTE

Dando cumprimento às exigências legais e estatutárias de prestação de informação rigorosa, completa e oportuna, vem o Conselho de Administração apresentar às autoridades, aos *Stakeholders* e ao público em geral, o Relatório de Atividades de 2014 da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas – ARAP. A satisfação destas exigências constitui uma oportunidade para expor de forma aprofundada o enquadramento da atuação da ARAP, a explicação das prioridades estratégicas no exercício findo, a caracterização da atividade dos principais atores do processo de contratação pública bem como a apresentação do quadro económico-financeiro da ARAP.

Precedendo a caracterização pormenorizada do enquadramento da atuação da ARAP e a descrição das principais atividades desenvolvidas no decurso do ano, propomo-nos destacar, nesta breve síntese, as principais linhas de orientação e algumas das iniciativas estratégicas desenvolvidas pela ARAP em 2014, consideradas de especial relevância para a criação de um sistema de contratação pública moderno, transparente e racional.

O Governo de Cabo Verde encontra-se empenhado na modernização do estado, tendo implementado um conjunto de iniciativas nos campos de desenvolvimento administrativo e tecnológico das instituições.

As iniciativas em curso de reforma do estado atuam em complementaridade com o processo de Governança Eletrónica e da reforma dos serviços da Administração Pública, no quadro da política de promoção do desenvolvimento económico e social do país.

As compras públicas são uma área estratégica nesse processo de modernização, dada a sua crescente relevância para a criação de valor para as organizações e enquanto veículo de modernização, geração de transparência e racionalização da despesa, encarados como os grandes desígnios a promover pelo estado e suas instituições.

Em 2014, a ARAP enquanto entidade reguladora das aquisições públicas, continuou a aprofundar a sua linha estratégica de orientação para a consolidação dos instrumentos voltados à contratação pública, focalizando a atenção nos aspetos que definiu como prioritários, tais como:

- Garantir a universalidade e a igualdade de acesso à contratação pública por parte do tecido empresarial;
- Adequar a legislação de modo a permitir a implementação das melhores práticas nas compras públicas;
- Aumentar a eficiência dos processos de compras públicas, garantindo a sua uniformização;
- Assegurar a capacitação e mobilização das pessoas (interna e externamente à AP);
- Garantir a integração e interoperabilidade do modelo tecnológico com a plataforma transversal do estado;
- Dotar a AP das estratégias de *sourcing* mais adequadas à racionalização da despesa pública;
- Preparar, modernizar e dinamizar o mercado fornecedor local.

Neste sentido, intensificou-se a relação com todos os intervenientes do sistema nacional de contratação pública, realizando diversas ações da contratação pública, visando a consolidação da presença da ARAP no mercado, apostando na melhoria contínua da sua eficiência operacional procurando, cada vez mais, ir ao encontro das necessidades dos mais diversos intervenientes do Sistema.

Passo a passo, a Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas – ARAP, está mais confiante e competitivo, o que nos dá certeza que a instituição continua num “Clear Path” para uma maior notoriedade e reconhecimento nacional.

DESTAQUES ESTRATÉGICOS

Ao nível da Reforma Legal e do trabalho realizado com o apoio institucional do Banco Mundial através do Projeto de Capacitação das Pequenas e Médias Empresas e Governação Económica, destacam-se as seguintes atividades:

Designação do Projeto	Consultor	Orçamento	Orçamento Aprovado
Elaboração do novo Código de Contratação Pública - CCP	EPM-PROCURADORIA E CONSULTORIA	4.453.300\$00	4.453.300\$00
Elaboração do novo Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas			
Elaboração do novo Estatuto da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas			
Elaboração do novo Regulamento das Unidades de Gestão das Aquisições			
Acompanhamento da elaboração de diplomas conexas à Contratação Pública, designadamente:			
<ul style="list-style-type: none"> ✓ O regime jurídico dos contratos administrativos; ✓ O regime jurídico das privatizações de empresas e de participação pública; ✓ O regime jurídico da gestão dos bens do domínio público; ✓ O regime jurídico das parcerias público-privadas (“PPP’s”); ✓ Legislação que regule as subvenções públicas; ✓ Regulamento da plataforma eletrónica de compras públicas 		11.520.487\$00	11.520.487\$00

Do Ponto de Vista Organizacional, destacam-se os seguintes projetos:

Auditoria ao Sistema e aos procedimentos de contratação pública conduzidos em 2011 e 2012	PRICEWATERHOUSE	7.657.904\$00	7.657.904\$00
Desenvolvimento do Plano Estratégico e Operacional da ARAP, 2015-2019;	LEADERSHIP - BC	6.450.503\$00	6.450.503\$00
Conceção e implementação do Sistema Gestão de Qualidade da ARAP com base na norma ISO 9001:2008	MUNDISERVIÇOS	3.268.254\$00	3.268.254\$00
Elaboração do Manual da Contratação Pública, Manual do Júri e Documentos de Procedimentos Standardizados.	EPM-PROCURADORIA E CONSULTORIA	4.289.309\$00	4.289.309\$00

DESTAQUES FINANCEIROS

Quadro nº 1 - A execução orçamental

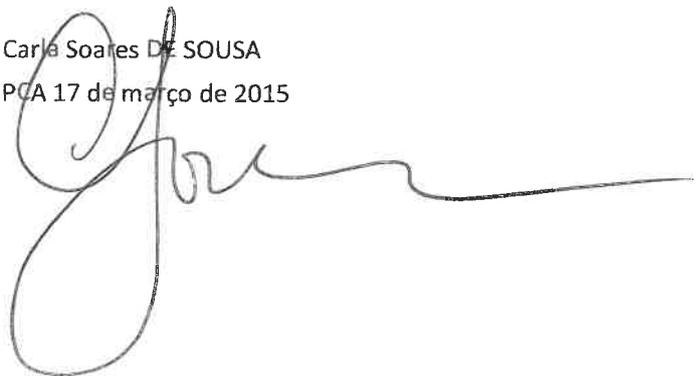
RECURSOS FINANCEIROS				
Designação	Planeado	Planeado Retificado	Executados	% Execução
Orçamento de Funcionamento				
Despesas c/ Pessoal	25.919.629	25.919.629	21.835.617	84%
Aquisições de Bens & Serviços	5.443.628	5.107.528	4.899.807	96%
Outras Despesas Correntes	25.000	361.100	327.707	91%
TOTAL	31.388.257	31.388.257	27.063.131	97%
Outros Valores	-	-	-	-
TOTAL GERAL	31.388.257	31.388.257	27.063.131	86%

OLHAR PARA O FUTURO

Esta dinâmica testemunha o nosso empenho na missão de projetar a progressiva utilização dos serviços que a ARAP vem prestando, acrescentado valor ao mercado da contratação pública. É, pois, com confiança que encaramos os desafios futuros.

Por fim, em meu nome e em nome de todo o Conselho de Administração da ARAP, expresso o apreço e gratidão a todos os nossos *Stakeholders* pelo seu apoio; aos intervenientes do sistema, pela confiança que em nós depositam; e aos nossos Colaboradores, pelo seu profissionalismo, dedicação e entusiasmo.

Carla Soares DE SOUSA
PCA 17 de março de 2015



1 - BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL

A função “compras” das entidades públicas é matéria sujeita a cada vez maior atenção e escrutínio público, o que naturalmente se saúda. Por força do aumento do espaço de intervenção pública e pela cada vez maior complexidade das compras de bens, serviços e obras públicas o peso da despesa pública tem aumentado na generalidade dos países e Cabo Verde, não é exceção. Se bem planeada e executada corretamente, a política de compras públicas é capaz maximizar os impactos positivos e minimizar as consequências negativas dos atos do consumo do Estado. Políticas de compras públicas bem geridas promovem o desenvolvimento da economia local e a consequente geração de empregos, assim como o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas.

As grandes reformas do sistema das aquisições públicas executadas desde 2007 permitiram melhorar significativamente o ambiente no qual estão inseridas as compras efetuadas pelo sector público. A reforma do sistema nacional de contratação pública encetada em 2007, teve como um dos objetivos a modernização do quadro jurídico, onde se destacam os seguintes diplomas:

- Lei nº 17/VII/2007 de 10 de Setembro que estabelece o Regime Jurídico das Aquisições Públicas;
- Decreto-Lei nº 15/2008 de 8 de Maio que cria a Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas (ARAP) e aprova os respetivos estatutos;
- Decreto-Lei nº 1/2009 de 5 de Janeiro que regulamenta a Lei nº 17/VII/2007 de 10 de Setembro;
- Decreto-Lei nº 4/2010 que aprova o regulamento que estabelece o processo de criação, funcionamento e a composição das Unidades de Gestão de Aquisições (UGA) e institui a Unidade da Gestão das Aquisições Centralizadas (UGAG);
- Decreto-Lei nº 54/2010 de 29 de Novembro sobre o regime jurídico das obras públicas.

O presente Relatório surge num contexto de mudança de Contratação Pública em Cabo Verde, seja do ponto vista do quadro jurídico, este passou por uma profunda reforma iniciada em 2013 e concluída em 2014 – durante o ano de 2014 ficou concluído o processo de reformulação do quadro normativo de regulação do setor -, seja do ponto vista de como a Contratação Pública passará a ser feita nos próximos tempos. Desenvolvida em 2014 – entrará em vigor em 2015 – O Sistema passará a contar com uma plataforma eletrónica de compras públicas, ao qual é obrigatório reportar todos os procedimentos adjudicatórios efetuados pelas entidades públicas. Constituirá uma ferramenta de maior interesse, para os decisores políticos, para os gestores e dirigentes públicos e para o cidadão em geral, uma vez que irá permitir, por exemplo, caracterizar e tipificar os contratos celebrados por entidade adjudicante, ou os montantes médios por tipo de contrato, etc., como também permitirá o escrutínio público por parte de todos os cidadãos

A atividade da Autoridade Reguladora de Aquisições Públicas – ARAP no ano de 2014, fica ainda marcada pela realização em parceria com a Universidade do Minho – Portugal e a Universidade de Cabo Verde do Iº Congresso de Compras Públicas – Para uma Contratação Pública Estratégica.

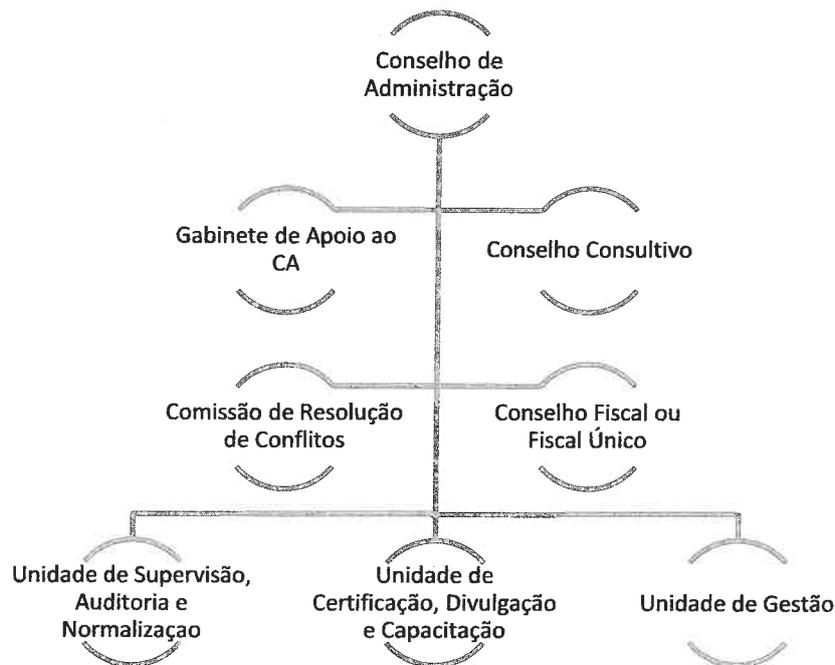
2 - ESTRUTURA ORGÂNICA

A Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas, designada por ARAP, cuja criação foi concretizada através do Decreto-Lei nº 15/2008 de 8 de Maio, resultou de um processo de reforço do quadro institucional do setor das aquisições públicas. A ARAP rege a sua atuação pela missão e atribuições que lhe estão cometidas, mas também pela necessidade de modernizar os seus serviços, torná-los mais eficazes e eficientes e com níveis superiores de qualidade.

A ARAP está estruturada em Unidades técnicas que apoiam os diferentes órgãos da entidade, e tem atribuições a nível da regulação do sector, do seguimento e avaliação dos procedimentos de contratação, da resolução de conflitos, da prestação de informação pertinente e da formação dos intervenientes do Sistema. Todas essas prerrogativas devem ser desempenhadas de forma harmoniosa e consistente, para que a atuação da ARAP seja integrada e abrangente. O Plano Estratégico recentemente aprovado e concebido para o período 2015 – 2019, permitirá um nível organizacional adequado, tendo estruturado as principais missões das diferentes estruturas que compõem a ARAP.

Durante o ano 2014, a ARAP funcionou sem o Conselho Fiscal ou fiscal único em virtude de constrangimento de ordem financeira, e o Conselho de Administração funcionou com dois elementos por razões que se sobrepõe a vontade da instituição.

Figura 1 – Organograma da ARAP



2.1 - RECURSOS HUMANOS

Regra geral a equipa da ARAP, funcionou no ano 2014 com doze (12) colaboradores dos quais contam com um (1) PCA, um (1) administrador, sete (7) técnicos, uma (1) secretária, um (1) motorista e um (1) ajudante de serviços gerais, registando uma pequena variações no corpo técnico que passou de 7 para 5 no mês de fevereiro e de 7 para 6 no mês de setembro. As alterações registadas no primeiro trimestre foram: fim de comissão e regresso do Senhor José Mário Agues ao seu quadro de origem, fim do contrato do Senhor José Lino, contratação dos Senhores Adilson Varela Semedo e Analicia Sousa Gomes Tavares. No terceiro trimestre registou-se a saída da Senhora Analicia Sousa Gomes Tavares e o regresso de licença sem vencimento do Senhor Arlindo Menezes de Borja.

Quadro nº 2 - Principais Indicadores de Pessoal

	2011	2012	2013	2014
Nº de Colaboradores	11	12	12	12
Despesas c/ Pessoal	12.848.202	22.730.730	21.718.207	21.453.117
Formação	0	269.700	440.440	382.500

Nota: As despesas com pessoal encontram-se deduzidos das despesas com formação e incluem contribuições para a segurança social. Nº de colaboradores refere-se a equipa do conselho de Administração, equipa técnica e equipa do apoio operacional.

3 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, PREVISTAS E NÃO PREVISTAS NO PLANO DE ATIVIDADES

Estes 5 anos de atuação da ARAP, foi marcado pela construção de um edifício jurídico robusto, consagrado na revisão, introdução e implementação de reformas a nível do sistema nacional da contratação pública.

As atividades previstas para o Ano 2014 estribaram-se em quatro (4) pilares subdivididos em 23 objetivos devidamente listados em baixo. Várias atividades propostas já tinham sido iniciadas nos anos anteriores, sendo que o objetivo visava dotar o setor de instrumentos eficazes e capazes de proporcionar a efetiva boa gestão dos dinheiros públicos.

Destacam-se de seguida as ações que dão uma visão mais alargada das grandes linhas de atuação da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas no decurso de 2014.

3.1 - PILAR I - REFORMA LEGAL

A nível de reforma legal foram listadas varias atividades de acordo com o plano em anexo, traduzido em quinze (15) objetivos, sendo que os sete (07) objetivos programados foram executados com sucesso no corrente ano. Dos oito (08) remanescentes, alguns foram iniciados mas por razões que tem que ver com a elaboração do plano estratégico foram suspensos e outros que não foram executados, foram por razões que tem que ver com a mobilidade dos recursos humanos e por dependência da conclusão de várias atividades. Os objetivos executados foram os seguintes:

- Elaboração do Anteprojeto do Código da Contratação Pública ("A-CCP");
- Elaboração do Anteprojeto do Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas ("A-RJEOP");
- Elaboração do Anteprojeto do Estatuto da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas ("A-ARAP");
- Elaboração do Anteprojeto do Regulamento das Unidades de Gestão das Aquisições ("A-UGA");
- Coordenar a elaboração dos diplomas conexas à contratação pública cuja a 3ª versão foi apresentada no Workshop realizado em 2 de Dezembro de 2014, devendo os anteprojetos serem submetidos para aprovação do Conselho de Ministros no segundo trimestre de 2015.

3.2 - PILAR II – REFORÇO INSTITUCIONAL

A nível do reforço institucional foram traçados quatro (4) objetivos, mas apenas a Auditoria ao sistema e aos procedimentos de contratação Pública conduzidos em 2011 e 2012 foi atingido com sucesso. Os objetivos programados e não executados no PILAR II (3) encontram-se incluídos no ponto 8 do presente documento.

3.3 - PILAR III – REFORÇO DA COMUNICAÇÃO

A nível do reforço da comunicação foram previstos três (3) Objetivos, apenas dois (2) foram executados com sucesso nomeadamente:

- ✓ Definição, Elaboração e Implementação do Plano de Comunicação que foram concretizadas através da produção e divulgação do InfoARAP, atualização regular do Site da ARAP e remodelação do Site da ARAP que foi executada em parte tendo em conta que a implementação será feita no âmbito do plano estratégico da ARAP.
- ✓ Elaboração do Plano de formação anual para os intervenientes no sistema nacional da contratação pública sendo que a implementação encontra-se dependente do financiamento para ser executado em 2015.

O objetivo não executado do PILAR III (1) encontra-se incluído no ponto 5 do presente documento.

3.4 - PILAR IV – MELHORIA CONTINUA E EFICIÊNCIA

A nível da melhoria continua e eficiência, foi traçado um único (1) objetivo conforme descrito no ponto abaixo.

- ✓ Conceção e Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade com base na norma ISO 9001:2008, cuja atividade teve início no mês de Novembro com análise diagnóstico das atividades levado a cabo pela ARAP. Durante o processo de diagnóstico foi ministrada uma ação de formação pela consultora da MundiServiços ao pessoal da ARAP.

4 - INFO ARAP

Em 2014 deu-se continuidade a publicação da Info ARAP, com periodicidade trimestral, levando a todos os *stakeholders* informações úteis não só sobre a atividade do Instituição, mas também notícias e informações gerais de interesse para o setor da contratação pública.

5 - PROTOCOLOS

Durante o ano de 2014 a ARAP celebrou os seguintes protocolos:

Protocolo de Cooperação, com a eSPap - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P, no dia 20 de Novembro de 2014, para a cooperação institucional tendente ao bom desenvolvimento de projetos e ações entre a eSPap e a ARAP, partilha de experiência, de conhecimento e de modelos de intervenção no âmbito das respetivas missões e atribuições;

A eSPap tem por missão assegurar o desenvolvimento e a prestação de serviços partilhados no âmbito da Administração Pública, bem como conceber, gerir e avaliar o Sistema Nacional de Compras Públicas e assegurar a gestão do Parque de Veículos do Estado, apoiando a definição de políticas estratégicas nas áreas de TIC do Ministério das Finanças, garantindo o planeamento, conceção, execução e avaliação das iniciativas de informatização tecnológica dos respetivos serviços e organismos.

Protocolo de Cooperação celebrado com a Secretaria do Estado de Planeamento e Gestão do Estado de Minas Gerais – Brasil, no dia, 20 de Novembro, respeitante à realização de projetos e ações entre a ARAP e a SEPLAG tendo em vista o cumprimento das respetivas missões;

A Secretaria de Estado de Planeamento e Gestão foi criada pela Lei Delegada nº 112, de 25 de janeiro de 2007, tendo como finalidade "coordenar a formulação, a execução e a avaliação de políticas públicas, visando ao desenvolvimento econômico, social e institucional do Estado; propor e executar políticas públicas nas áreas de recursos humanos, orçamento, recursos logísticos e tecnológicos, modernização administrativa, perícia médica e saúde ocupacional".

Protocolo de Colaboração celebrado com o Ministério das Finanças de Moçambique – Direção Nacional do Património do Estado, no dia, 30 de junho, relativo a partilha de experiências, conhecimentos e de modelos de intervenção no âmbito das respetivas missões e atribuições;

Protocolo de Cooperação celebrado com o Instituto da Construção e do Imobiliário de Portugal - INCI, no dia 28 de Fevereiro, para o estabelecimento das bases em que se assentam as relações de parceria entre a ARAP e o INCI, tendo em vista o cumprimento das respetivas missões;

Criado sob a égide da maximização da eficácia e eficiência organizativas, o InCI tem por missão regular e fiscalizar o setor da Construção e do Imobiliário; dinamizar, supervisionar e regulamentar as suas atividades, produzir informação estatística e análises sectoriais pertinentes e assegurar a atuação coordenada do Estado no respetivo âmbito. No

âmbito da contratação pública, a atual lei orgânica veio reconhecer "(...) o importante papel que o InCI, I. P., Tem vindo a desempenhar no âmbito da regulação da contratação pública", tendo sido formalizadas diversas atribuições e competências nesta área.

Protocolo de Cooperação celebrado com a Secretaria Geral do Ministério da Economia de Portugal, no dia, 28 de Fevereiro, relativo a definição de matérias de interesse comum e de intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, colaborando na realização de investigação e estudos na área da Contratação Pública;

6 - PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E OUTROS EVENTOS

Em 2014 a ARAP fez-se representar, entre outros, nos seguintes eventos:

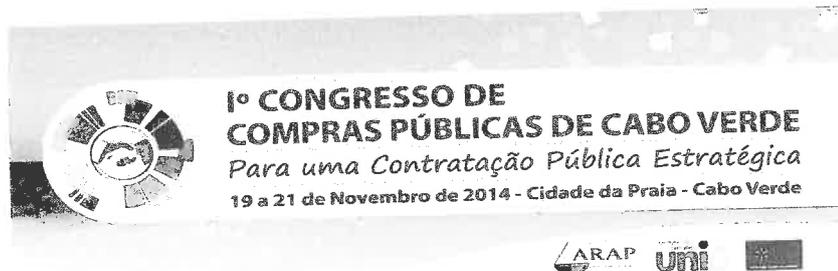
- ✓ 3º Congresso – Compras Públicas – CCB Lisboa 27 de Fevereiro;
- ✓ Seminário sobre Gestão Patrimonial e Contratação Pública – Moçambique;
- ✓ Fórum e Feira Nacional das Entidades Reguladoras Independentes;
- ✓ Palestras nas Universidades (ENG – Escola de Negócios & Governação da UniCV, ISCEE, UniPiaget e Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais);
- ✓ Palestra no Tribunal de Contas;
- ✓ Semana Global do empreendedorismo;
- ✓ Apresentação das experiências CAF – (Common Assessment Framework – Estrutura Comum de Avaliação).

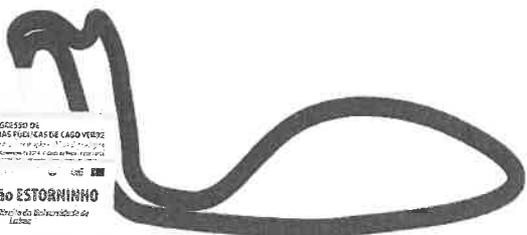
7 - ATIVIDADES NÃO PROGRAMADAS E EXECUTADAS

No decurso do ano 2014 foram executados várias atividades que não constaram do plano de atividade, uns por não serem previstas outros por razões de oportunidade e importância para ARAP, nomeadamente:

- **Realização do congresso de compras públicas;**

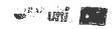
O 1º Congresso de Compras Públicas – Para uma Contratação Pública Sustentável, foi concebida e realizada pela ARAP em parceria com a Universidade do Minho – Portugal e a Universidade de Cabo Verde.





Maria João Estorninho

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



O 1º Congresso de Compras Públicas em Cabo Verde visava alcançar os seguintes resultados:

- Gerar e tornar disponível para a sociedade, imprensa, câmaras municipais, informações acerca da gestão das compras públicas, dos resultados e dos benefícios do controle externo;
 - Prover conhecimentos a respeito da gestão da Contratação Pública e dos mecanismos de controle e seus resultados e benefícios;
 - Sensibilizar os gestores públicos no sentido de se prevenirem e corrigirem a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos;
 - Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos;
 - Fortalecimento da cultura e modernizar a sistemática de planeamento;
 - Estimular os recursos humanos envolvidos na condução dos processos de compras públicas para desenvolver e utilizar seu pleno potencial em alinhamento com as regras da contratação pública.
- Participação na feira das Entidades reguladoras;





- Capacitação da LUX_DEV em procedimentos nacionais;



- Socialização das Leis conexas à contratação pública



A large, stylized handwritten signature or set of initials in the bottom right corner of the page.

- Melhoria do Sistema de informação dos recursos humanos que tem que ver com atualização da base de dados dos Recursos Humanos da ARAP o que permitiu gerar todas as informações de pagamentos, mobilidade, emissão de recibos;

8 - ATIVIDADES PROGRAMADAS E NÃO EXECUTADAS

Nos pontos abaixo encontramos doze (12) objetivos que foram devidamente programados e que por razões várias não foram executadas, assim sendo passamos a descrevê-los.

- ❖ Implementar o Código de Contratação Pública – As ações baseiam-se sobretudo na compilação de diplomas, definição e criação da lista dos não elegíveis com base nos critérios estabelecidos na lei, socialização e divulgação, elaboração de dispositivo legal que permite a cobrança de coimas conforme Regime das Contraordenações.
- ❖ Operacionalização do Estatuto da ARAP – Aguarda a aprovação do Estatuto;
- ❖ Elaborar e implementar a orgânica da - A atividade iniciou-se com a produção do draft zero da orgânica da ARAP, entretanto, por razões que tem haver com a elaboração do plano estratégico foi suspenso, para aguardar novas orientações advindas das conclusões e recomendações do Plano Estratégico.
- ❖ Implementar o Regulamento da UGA - Neste âmbito foi criado a UGA do MDR e certificação de 4 membros, ademais foi desqualificado 1 integrante da UGA. Foi preparado um programa para a recentragem das UGA que incluía a criação de UGA nos Municípios; socializado o anteprojeto do regulamento da UGA para o MFP, MAI, MDR, MS, MJEDRH, MAHOT, MIREX, MTIE, MESCI, MDN, MPCN, MDC e SEAP, faltando o MJ, MC, MED, MIEM e MAP por indisponibilidade dos mesmos. Não obstante as atividades realizadas, ficou por elaborar um plano específico de formação. A implementação efetiva do plano depende da aprovação do código de contratação pública.
- ❖ Elaborar do novo Código de Conduta do SNCP - Esta atividade, não foi executada tendo em conta a necessidade de adequar com o Código da Contratação Pública;
- ❖ Implementar o Regime de Execução dos Contratos de Bens Móveis, Serviços e Serviços de Consultoria – o regime ficou integrado no regime jurídico dos contratos administrativos, cuja implementação deve aguardar a sua aprovação.
- ❖ Elaborar e implementar o novo Estatuto da Comissão de Resolução de Conflitos – O objetivo não foi atingido pela necessidade de aguardar a aprovação do Estatuto da ARAP.;
- ❖ Elaborar e implementar o Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) – Foi elaborado o 1º draft em Março, e por decisão superior foi suspensa para aguardar o Plano Estratégico para efeito de harmonização necessária;
- ❖ Promover a utilização do aplicativo de certificação da UGA, - Aguarda-se a indicação do gestor do projeto por parte da unidade da coordenação de reformas (UCR), para se proceder a implementação das alterações do aplicativo juntamente com o NOSI;

- ❖ Mobilizar Recursos para elaborar e implementar o Sistema Integrado de Gestão de RH, este objetivo não foi realizado uma vez que o foco passou a ser a implementação do sistema de Gestão de Qualidade e pela necessidade de criar os instrumentos de Gestão de RH, pra futura integração;
- ❖ Dotar ARAP de estudos para melhorar a sua atuação - Uma das atividades preconizadas foi a Identificação de matérias de estudo e submeter ao financiamento dos parceiros, contudo estas ações não foram desenvolvidas visto que outros objetivos foram priorizados, como o caso da realização das ações de auditoria dos processos de contratação pública dos anos 2011 e 2012;

9 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMISSÃO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS – CRC

A CRC é um órgão especial da ARAP, cujo regime é estatuído no Decreto-Regulamentar nº 12/2011 de 30 de Dezembro, cuja missão é de apreciar e resolver conflitos em matéria de contratação pública. Compete a CRC: a) Appreciar e decidir sobre os processos de reclamação e recursos; b) Fixar as custas a aplicar aos processos de reclamação de recursos, de acordo com o previsto no Código da Custas Judiciais; c) encaminhar para as instituições competentes os processos que suscitem procedimento disciplinar e/ou processo-crime a intervenientes, por violação de normas de aquisições públicas, e; d) Submeter à aprovação do CA uma proposta de regimento interno.

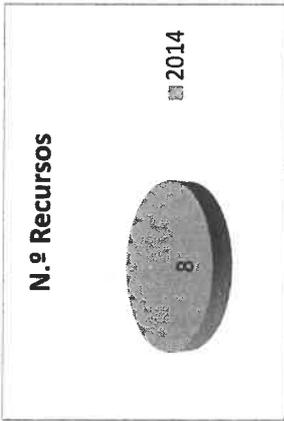
No ano económico 2014, foram interpostos oito (8) recursos junto da Comissão de Resolução de Conflitos. Quanto a efetividade das decisões, cinco (5) foram executadas e três (3) não se tem informação sobre a respetiva execução.

O quadro abaixo apresenta os dados referentes aos recursos interpostos durante o período de Janeiro a Outubro de 2014.

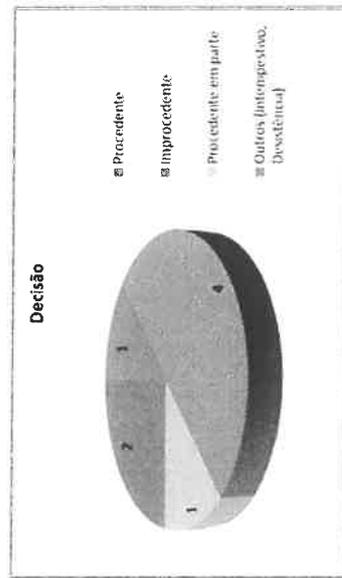
Relatório de Atividades da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas de Cabo Verde - 2014
Por um sistema de contratação pública moderno, transparente e racional

Quadro nº 3 – Atividades desencadeadas pela CRC – Comissão de Resolução de Conflitos

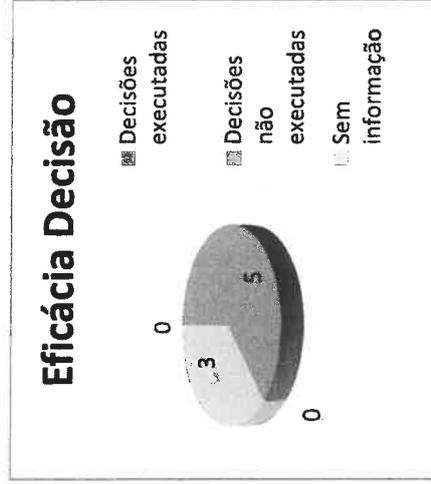
N.º	RECORRENTE	RECORRIDO	RELATOR	ENTRADA	OBJECTO RECURSO	SITUAÇÃO	EXECUÇÃO
01/2014	A GMS Entertainment	Câmara Municipal da Praia	João Gomes	6-fev-14	Violação do princípio de Imparcialidade do Júri	Despacho Inadmissibilidade recurso de 11.02.2014	Decisão executada
02/2014	Luis Frazão, sucursal de Cabo Verde SA	Ministério do Desenvolvimento Rural	Karine Monteiro	6-fev-14	Inadmissibilidade do concorrente tendo em conta entrega de proposta fora do prazo; irregularidade de acta de sessão pública; legalidade dos documentos do concurso (com base em lei revogada)	Deliberação n.º 02/2014 de 06.03.2014 Provimento em Parte Nulidade do processo	Sem Informação
03/2013	LUREC - Ambiente e Construção Lda.	Ministério Finanças - UGA	João Gomes	12-fev-14	Violação Programa de Concurso	Deliberação n.º 3/2014 de 06.03.2014 Recurso Improcedente	Decisão executada
04/2014	ANDREMO - Comércio Internacional e Representações	Assembleia Nacional de Cabo Verde	Karine Monteiro	17-fev-14	Violação Programa de Concurso	Deliberação n.º 1/2014 de 03.03.2014 Improcedente o recurso	Sem Informação
05/2014	MundiServiços	ANAC	Karine Monteiro	8-mar-14	Falta de relatório final	Despacho Inadmissibilidade recurso de 13.05.2014	Decisão executada
6/2014	Reditus Consulting	ANAC	Karine Monteiro	8-ago-14	Violação Programa Concurso falta de assinatura do concorrente nos invólucros	Deliberação n.º 4/2014 de 11.08.2014 Improcedente recurso	Decisão executada
7/2014	IBAS - Italian Broadcasting Advanced Solutions	ANAC	Karine Monteiro	16-set-14	Não admissão de concorrente por irregularidade não essencial	Deliberação n.º 5/2014 de Improcedente o recurso	Decisão executada
8/2014	CGE - Consultores de Gestão Estratégica e Internacional	Ministério Economia - DG Indústria e Comércio - OIR	João Gomes	29-set-14	Violação Programa Concurso Falta determinação de critérios de avaliação e adjudicação e de intervalos de ponderação	Deliberação n.º 6/2014 Recurso Procedente Nulidade do processo	SEM INFORMAÇÃO



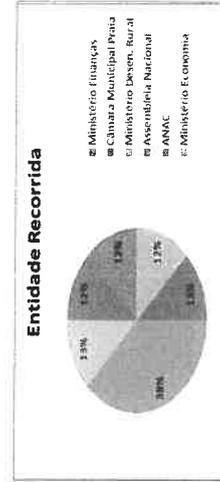
1 - Decisão



Eficácia da decisão



Entidade Recorrida



10 - A ARAP EM NÚMEROS

10.1 - PRINCIPAIS DADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

O orçamento da ARAP, para o ano de 2014 foi no valor global de 33.428.257, distribuído entre o funcionamento no valor de 31.388.257 e o investimento no valor de 2.040.000. Elaborado pela Unidade de Gestão, o orçamento foi aprovado pelo Conselho de Administração e remetido ao membro do governo responsável pelo Ministério das Finanças e Planeamento (MFP) que o homologou e o integrou no Orçamento Geral do Estado, assim como prevê o nº 2 do artigo 33º do Estatuto da ARAP.

Quadro nº 4 – Orçamento de Funcionamento

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO				
Designação	Planeado	Planeado Retificado	Executado	% Execução
Orçamento de Funcionamento				
Despesas c/ Pessoal	25.919.629	25.919.629	21.835.617	84%
Aquisições de Bens & Serviços	5.443.628	5.107.528	4.899.807	96%
Aquisições de Bens	937.000	910.900	830.849	91%
Aquisições de Serviços	4.506.628	4.196.628	4.068.958	97%
Outras Despesas Correntes	25.000	25.000	7.607	30%
Ativos não financeiros	0	336.100	320.100	95%
TOTAL	31.388.257	31.388.257	27.063.131	86%
Outros Valores	-	-	-	-
TOTAL GERAL	31.388.257	31.388.257	27.063.131	86%

Em termos percentuais, a execução orçamental do ano em apreço foi de 86.34%, facto que traduz na boa execução dos compromissos assumidos. Os ajustamentos verificados ao longo do ano é ilustrado no mapa abaixo, a nível das rúbricas individuais dando ideia daquilo que foi a projecção inicial em comparação com o orçamento final ajustado.

Relatório de Atividades da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas de Cabo Verde - 2014
Por um sistema de contratação pública moderno, transparente e racional

Orçamento Funcionamento ARAP 2014	Orç. Inicial	Orç actual	Cabimentado	% Cab
02.01.01.01.02-Pessoal Do Quadro	17.557.000	15.025.400	13.138.200	87,44%
02.01.01.01.03-Pessoal Contratado	1.440.000	3.558.600	2.849.533	80,07%
02.01.01.02.01-Gratificações Permanentes	2.520.000	2.520.000	2.520.000	100,00%
02.01.01.02.02-Subsídios Permanentes	360.000	360.000	240.001	66,67%
02.01.01.02.04-Gratificações Eventuais	600.000	600.000	290.000	48,33%
02.01.01.02.05-Horas Extraordinárias	55.999	55.999	40.956	73,14%
02.01.01.02.07-Formação	300.000	1.000.000	382.500	38,25%
02.01.01.03.06-Promoções	287.000	0	0	0,00%
02.01.02.01.01-Contribuições Para A Segurança Social	2.777.550	2.777.550	2.369.628	85,31%
02.01.02.01.03-Abono De Família	12.000	12.000	4.799	39,99%
02.01.02.01.04-Seguros De Acidentes No Trabalho	10.080	10.080	0	0,00%
02.02.01.00.05-Material De Escritório 30 %	204.000	504.000	440.535	87,41%
02.02.01.01.00-Livros E Documentação Técnica 30 %	25.000	0	0	0,00%
02.02.01.01.02-Combustíveis E Lubrificantes 30 %	500.000	220.500	207.500	94,10%
02.02.01.01.03-Material De Limpeza, Higiene E Conforto 30 %	72.000	50.400	50.172	99,55%
02.02.01.09.09-Outros Bens 30 %	136.000	136.000	132.642	97,53%
02.02.02.00.02-Conservação E Reparação De Bens 30 %	345.308	195.308	188.930	96,73%
02.02.02.00.03-Comunicações 30 %	480.000	480.000	480.000	100,00%
02.02.02.00.05-Água 30 %	180.000	180.000	179.760	99,87%
02.02.02.00.06-Energia Eléctrica 30%	396.000	376.000	375.529	99,87%
02.02.02.00.07-Publicidade E Propaganda 30 %	600.000	600.000	520.040	86,67%
02.02.02.00.08-Representação Dos Serviços 30 %	123.000	0	0	0,00%
02.02.02.00.09-Deslocações E Estadas 30%	1.000.000	800.000	799.949	99,99%
02.02.02.01.00-Vigilância E Segurança 0%	1.192.320	1.192.320	1.192.320	100,00%
02.02.02.01.03.01 - Assistência Técnica Residente	0	74.000	73.411	99,20%
02.02.02.09.09-Outros Serviços 30%	190.000	299.000	295.486	98,82%
02.08.01-Seguros 0%	25.000	25.000	7.607	30,43%
03.01.01.02.03.01 - Equipamento Administrativo - Aquisições	0	336.100	320.100	95,24%
total 2014	31.388.257	31.388.257	27.099.598	86,34%

10.2 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

O orçamento de Investimento no valor global de 2.040.000\$00 foi executado em 99,2%. As despesas efetuadas foram as seguintes: 1.123.789 para cobrir 60% da despesa inicial com a organização do evento – 1º Congresso de Compras Públicas; 340.000\$00 para fazer face ao pagamento de 19% das despesas com deslocação dos congressistas e o remanescente 560.000\$00 foi utilizado para o pagamento de parte da dívida com aquisição de equipamentos informáticos adquiridos em 2013 no valor total de 880.000\$00.

O valor das despesas com a realização do congresso das compras públicas no valor total de 5.486.893 foi superior ao valor do orçamento disponibilizado, o que levou com que apenas de 34,91%, da despesa fosse liquidada em 2014 e o remanescente 3.223.149, encontra-se registada como dívida a transitar para o ano seguinte.

O quadro a seguir ilustra o ajustamento efetuado no orçamento de investimento, bem como a sua execução durante o ano em apreço.

Implementação Do Plano Estratégico Da Arap

Rubrica Económica	Orç. Inicial	Orç. Actual	Cabimentado	Pago	Execução	
					% Cabimentado	% Pago
02.01.01.02.04-Gratificações Eventuais	800.000	0	0	0	0,00%	0,00%
02.01.01.02.07-Formação	800.000	0	0	0	0,00%	0,00%
02.02.02.00.09-Deslocações E Estadas	440.000	340.000	340.000	340.000	100,00%	100,00%
02.02.02.09.09-Outros Serviços	0	1.140.000	1.123.789	1.123.789	98,58%	98,58%
03.01.01.02.03.01-Equipamento Administrativo - Aquisições	0	560.000	560.000	560.000	100,00%	100,00%
Total	2.040.000	2.040.000	2.023.789	2.023.789	99,21%	99,21%

11 - CONSTRANGIMENTOS

Sem dúvida os grandes obstáculos e constrangimentos verificados a nível da gestão orçamental, financeira e patrimonial foram:

- Cativação de 30% no agrupamento das despesas com aquisições de bens e serviços no orçamento de funcionamento;
- Cativação de igual percentagem verificada no orçamento de Investimento;
- Libertação do orçamento de funcionamento em regime duodecimal e trimestral;
- Estado avançado de deterioração da viatura; e
- Dívidas acumuladas dos anos anteriores.

12 - DÍVIDA

A ARAP transitou para o ano de 2015 com uma dívida no valor global de cinco milhões, vinte e seis mil oitocentos e onze escudos (5.026.811\$00). O valor em causa deve-se sobretudo as despesas efetuadas no âmbito da organização e realização do Iº congresso de compras públicas. As despesas ora referidas encontram-se distribuídas por categorias conforme se ilustra no mapa infra.

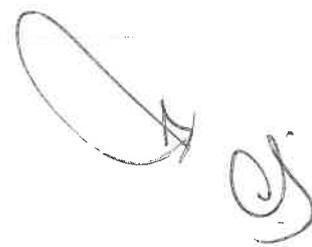
Quadro nº 5 – Relação de dívidas transitadas para 2015

<i>Descrição de despesas</i>	<i>Valor</i>
Formação	12.000
Deslocações E Estadas	2.380.616
Material De Escritório	13.916
Comunicações	24.414
Água	17.779
Energia Elétrica	888.325
Publicidade E Propaganda	15.500
Conservação e Reparação de bens	29.394
Outros Serviços	1.572.437
Equipamento Administrativo-Aquisições	57.493
Assistência técnica Residente	14.937
Total	5.026.811

CONCLUSÕES

As grandes reformas do sistema nacional de contratação pública executadas desde 2007 permitiram melhorar significativamente o ambiente no qual estão inseridas as compras efetuadas pelo sector público. As compras públicas mobilizam um valor significativo da execução orçamental e a regulação do sector é fundamental para a sua transparência, eficiência e eficácia. Ano após ano, tem-se verificado uma evolução positiva no orçamento das compras públicas. Por exemplo o valor de Orçamento das despesas de funcionamento em 2013 foi de 3,621,625,886, já em 2014 esse mesmo valor ascendeu para 3,770,706,586 registando assim um aumento de aproximadamente 4%.

No âmbito da eficácia, a contratação pública deve ser capaz de levar a bom termo o uso eficaz dos recursos do Orçamento Geral do Estado (OGE), garantindo a realização de obras e a aquisição dos bens e serviços nos prazos e condições estabelecidos. No âmbito da eficiência, a contratação pública deve garantir o melhor custo possível, a melhor qualidade e o menor prazo de execução das referidas obras e aquisições. A criação da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas (ARAP), através do Decreto-Lei nº 15/2008 de 8 de Maio, veio reforçar a confiança dos diversos parceiros neste sector sensível da economia do país. Passados cinco anos sobre a criação da ARAP, e ultrapassada a fase dita de aprendizagem, não apenas da ARAP mas do Sistema em geral, é louvável que a entidade reguladora aposte na partilha de um conjunto de conceitos modernos associados a modernização das compras públicas, ilustrando as tendências e melhores práticas mundiais que poderão ser úteis nesta fase que será de implementação de toda a reforma legal relativa à contratação pública.





Por um Sistema de Contratação Pública moderno, transparente e racional.

INFORMAÇÕES DE CONTACTO

CARLA SOARES DE SOUSA PRESIDENTE DO CA	JOÃO TAVARES ADMINISTRADOR	ADILSON SEMEDO RESPONSÁVEL ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
N.º de tel. (+238) 260 04 07	N.º de tel. (+238) 260 04 07	N.º de tel. (+238) 260 04 07
Fax (+238) 261 56 66	Fax (+238) 261 56 66	Fax (+238) 261 56 66
carla.sousa@arap.gov.cv	joao.i.tavares@arap.gov.cv	adilson.v.semEDO@arap.gov.cv

INFORMAÇÕES DA EMPRESA

Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas
Rua Neves Ferreira, nº 5 – Cruzeiro (Zona do Ténis) - Plateau
N.º de tel. (+238) 260 04 07
Fax (+238) 261 56 66
www.arap.cv

